DEMONSTRATIVO FINANCEIRO 2019

CRESOL

Crédito para seus sonhos

RTA-048-2020

Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária de Xavantina - CRESOL XAVANTINA

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e o relatório dos auditores independentes

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

RTA-048-2020

Ribeirão Preto SP, 3 de fevereiro de 2020.

À
Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária de Xavantina – CRESOL XAVANTINA
Xavantina SC

Atenção do Senhor **Nilclesio Gabiatti**
Diretor Presidente

Prezado Senhor:

Encaminhamos as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente.

Moore Stephens Prisma Auditores e Consultores

Hélio Mazzi Júnior
Diretor

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes.

MOORE

Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária de Xavantina - CRESOL XAVANTINA

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 2

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais 5

Demonstrações do resultado 6

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7

Demonstrações dos fluxos de caixa 8

Notas explicativas às demonstrações financeiras 9

1 Contexto operacional 9

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis 10

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa 13

4 Títulos e valores mobiliários 13

5 Relações interfinanceiras 13

6 Operações de crédito 14

7 Investimentos 15

8 Imobilizado de uso 16

9 Depósitos 16

10 Relações interfinanceiras 17

11 Outras obrigações 18

12 Passivos contingentes 18

13 Patrimônio líquido 18

14 Dispêndios administrativos 20

15 Dispêndios de pessoal e honorários 20

16 Outros ingressos operacionais 21

17 Outros dispêndios operacionais 21

18 Coobrigações e riscos em garantias prestadas 21

19 Seguros contratados 21

20 Instrumentos financeiros 22

21 Partes relacionadas 22

22 Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol Central SC/RS 23

23 Participações em fundos garantidores 24

24 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos 25

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos cooperados e administradores da
Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária de Xavantina - CRESOL XAVANTINA
Xavantina SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária de Xavantina - CRESOL XAVANTINA ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária de Xavantina - CRESOL XAVANTINA em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Estrutura de gerenciamento de risco ainda não implementada

A Cooperativa está enquadrada no Segmento 5 (S5), nos termos da Resolução CMN nº 4.553/2017, e deve implementar estrutura simplificada de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (crédito, mercado e risco de taxa de juros da carteira bancária, operacional, continuidade de negócios, liquidez, socioambiental e gerenciamento de capital), de acordo com a complexidade e o porte da Cooperativa. A estrutura de gerenciamento de riscos deverá ser apta a: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que a Cooperativa está exposta, devendo ser integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações

entre os riscos. Entretanto, conforme nota explicativa 24, a estrutura de gerenciamento de risco ainda não foi implementada nesses moldes pela Cresol Central SC/RS ou pela Confederação. Os riscos são atualmente controlados de forma individual, sem a utilização de ferramentas sistêmicas para sua identificação e mitigação.

Nossa opinião não está modificada por esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 31 de janeiro de 2020.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3 S SC

Hélio Mazzi Júnior
CRC 1SP189107/O-3 S SC

Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária de Xavantina - CRESOL XAVANTINA

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Ativo				**Passivo**			
Circulante		**69.174.931**	**50.703.863**	**Circulante**		**62.426.766**	**42.809.188**
Disponibilidades	**3**	360.320	1.071.549	Depósitos	**9**	48.140.860	34.284.331
Títulos e valores mobiliários	**4**	2.980	-	Relações interfinanceiras	**10**	12.709.455	7.753.686
Relações interfinanceiras	**5**	47.938.667	35.868.249	Relações interdependências		8.231	805
Operações de crédito	**6**	19.583.592	12.914.554	Outras obrigações	**11**	1.568.220	770.366
Outros créditos		594.674	408.776				
Outros valores e bens		694.698	440.735	**Não circulante**		23.417.690	13.364.731
				Exigível a longo prazo			
Não circulante		**31.841.149**	**17.236.752**	Relações interfinanceiras	**10**	23.417.690	13.364.731
Realizável a longo prazo							
Operações de crédito	**6**	28.552.478	15.899.841	**Patrimônio líquido**	**13**	**15.171.624**	**11.766.696**
Outros créditos		143.160	-	Capital social		13.141.301	9.219.721
Investimentos	**7**	2.702.398	1.167.865	Reserva Estatutária		36.120	-
Imobilizado de uso	**8**	473.113	169.046	Reserva legal		1.012.185	1.284.633
				Perdas não absorvidas		(100.000)	-
				Sobras acumuladas		1.082.018	1.262.342
Total do ativo		**101.016.080**	**67.940.615**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**101.016.080**	**67.940.615**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária de Xavantina - CRESOL XAVANTINA

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais

	Nota	2019	2018
Ingressos da intermediação financeira		**6.065.671**	**4.926.928**
Operações de crédito		3.975.719	2.904.936
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	**4**	30	48.052
Ingressos de depósitos intercooperativos	**5(i)**	2.089.922	1.973.940
Dispêndios da intermediação financeira		**(3.103.630)**	**(2.404.264)**
Operações de captação no mercado	**9**	(1.722.498)	(1.662.925)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	**22(b)**	(982.893)	(665.036)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	**6(d)**	(397.319)	(75.041)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(920)	(1.262)
Resultado bruto da intermediação financeira		**2.962.041**	**2.522.664**
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		**(1.553.698)**	**(744.196)**
Ingressos de prestação de serviços		781.301	749.022
Dispêndios administrativos	**14**	(727.193)	(652.575)
Dispêndios de pessoal e honorários	**15**	(964.570)	(672.494)
Outros ingressos operacionais	**16**	421.517	490.572
Outros dispêndios operacionais	**17**	(1.064.753)	(658.721)
Resultado operacional		**1.408.343**	**1.778.468**
Resultado não operacional		(123.580)	(269.852)
Resultado antes da tributação		**1.284.763**	**1.508.616**
Imposto de renda e contribuição social		(800)	(4.404)
Sobra líquida do exercício		**1.283.963**	**1.504.212**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária de Xavantina - CRESOL XAVANTINA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais

	Capital social	Reserva legal	Fundo de expansão e reestruturamento	Perdas não absorvidas	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**8.320.648**	**1.135.902**	**-**	**-**	**1.074.485**	**10.531.035**
Aumento de capital com sobras	1.074.485	-	-	-	(1.074.485)	-
Outros ajustes	-	220	-	-	-	220
Integralizações de capital	153.814	-	-	-	-	153.814
Devoluções de capital	(329.226)	-	-	-	-	(329.226)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	1.504.212	1.504.212
Destinação da reserva legal	-	148.511	-	-	(148.511)	-
FATES - cooperados	-	-	-	-	(74.255)	(74.255)
FATES - não cooperados	-	-	-	-	(19.104)	(19.104)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**9.219.721**	**1.284.633**	**-**	**-**	**1.262.342**	**11.766.696**
Aumento de capital com sobras	1.262.342	-	-	-	(1.262.342)	-
Incorporação de cooperativas	3.373.099	309.469	-	(809.349)	949	2.874.168
Absorção das perdas incorporadas com reserva	-	(709.349)	-	709.349	-	-
Integralizações de capital	283.514	-	-	-	-	283.514
Devoluções de capital	(997.375)	-	-	-	-	(997.375)
Aumento de reserva contas inativas	-	136	-	-	-	136
Constituição de fundo de reestruturamento	-	-	62.055	-	-	62.055
Utilização do fundo de reestruturamento	-	-	(25.935)	-	-	(25.935)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	1.283.963	1.283.963
Destinação da reserva legal	-	127.296	-	-	(127.296)	-
FATES - cooperados	-	-	-	-	(63.648)	(63.648)
FATES - não cooperados	-	-	-	-	(11.950)	(11.950)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**13.141.301**	**1.012.185**	**36.120**	**(100.000)**	**1.082.018**	**15.171.624**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária de Xavantina - CRESOL XAVANTINA

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em reais

	2019	2018
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**8.876.270**	**6.526.769**
Sobra ajustada do exercício	1.808.046	1.915.259
Sobra líquida do exercício	1.283.963	1.504.212
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	397.319	75.041
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	920	1.262
Provisão por desvalorização de outros valores e bens	-	287.000
Depreciações	53.943	46.654
Residual de baixas de imobilizado de uso	71.901	870
Outros ajustes	-	220
Redução (aumento) nos ativos	**(22.526.715)**	**(5.487.089)**
Títulos e valores mobiliários	(2.980)	1.617.046
Relações interfinanceiras	(2.250.800)	(568.070)
Operações de crédito	(19.688.994)	(6.374.666)
Outros créditos e outros valores e bens	(583.941)	(161.399)
Aumento (redução) nos passivos	**29.594.939**	**10.098.599**
Depósitos	13.856.529	5.406.346
Relações interfinanceiras	15.008.728	4.705.697
Relações interdependências	7.426	(3.626)
Outras obrigações	722.256	(9.818)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(1.964.444)**	**(82.967)**
Aumento de investimentos	(1.534.533)	(16.230)
Aquisições de imobilizado de uso	(300.810)	(66.737)
Aquisição de imobilizado de uso por incorporação	(129.101)	-
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**2.196.563**	**(175.412)**
Incorporação de cooperativas	2.874.168	-
Integralizações de capital	283.514	153.814
Devoluções de capital	(997.375)	(329.226)
Aumento de reserva contas inativas	136	-
Aumento com fundo de reestruturação	62.055	-
Utilização do fundo de reestruturação	(25.935)	-
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**9.108.389**	**6.268.390**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.079.488	27.811.098
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	43.187.877	34.079.488

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária de Xavantina - CRESOL XAVANTINA ("Cooperativa"), fundada em 27 de janeiro de 2006, é uma cooperativa de crédito e economia, instituição financeira não bancária, de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos e não sujeita a falência.

A Cooperativa está sediada em Xavantina SC e tem sua área de ação nos municípios de Xavantina, Seara, Arvoredo, Ipumirim, Lindóia do Sul, Arabutã, Concórdia, Faxinal dos Guedes e Ponte Serrada, todos no estado de Santa Catarina.

Tem por objetivo propiciar, através da mutualidade, assistência financeira aos seus cooperados em suas necessidades pessoais e atividades específicas, com a finalidade de melhoria das condições de vida sua e de sua família e de fomentar a produção e produtividade rural e urbana, bem como a sua circulação e industrialização, além da formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo e associativismo, através da ajuda mútua, e da economia sistemática e do uso adequado do crédito.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN n° 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN). É filiada à Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol Central – SC/RS.

Em 22 de novembro de 2019, a Cooperativa efetuou a incorporação da Cooperativa de Crédito Rural e Economia com Interação Solidária de Ipumirim – CRESOL IPUMIRIM.

Os saldos incorporados foram os seguintes:

	22/11/2019		**22/11/2019**
Ativo		**Passivo**	
Circulante	**23.440.894**	**Circulante**	**21.400.163**
Disponibilidades	336.449	Depósitos	10.789.006
Títulos e valores mobiliários	2.951	Relações interfinanceiras	10.197.912
Relações interfinanceiras	9.673.058	Relações interdependências	45.137
Operações de crédito	12.994.752	Outras obrigações	368.108
Outros créditos	213.282		
Outros valores e bens	220.402		
		Patrimônio líquido	**2.874.168**
Não circulante	**833.437**	Capital social	3.373.099
Investimentos	704.336	Reserva legal	309.469
Imobilizado de uso	129.101	Perdas acumuladas	(808.400)
Total do ativo	**24.274.331**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**24.274.331**

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento (CPC 00 (R1), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27 e 33 (R1)).

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 31 de janeiro de 2020.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

b.4 Títulos e valores mobiliários e Relações interfinanceiras – ativo

Classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. Parte desses títulos garantem operações de repasses de recursos de crédito rural.

A Circular BCB n° 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

b.5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

b.6 Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

b.7 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.8 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de *impairment*).

b.9 Depósitos à vista e a prazo

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

b.10 Relações interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

b.11 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

b.12 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

b.13 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.14 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

b.15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para a contribuição social - 15%. A sobra apurada em operações realizadas com cooperados é isenta de tributação.

b.16 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades e as relações interfinanceiras (nota 5) são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

Descrição	2019	2018
Disponibilidades	360.320	1.071.549
Relações interfinanceiras	42.827.557	33.007.939
	43.187.877	**34.079.488**

4 Títulos e valores mobiliários

Descrição	2019
Títulos de renda fixa **(i)**	2.980

(i) Trata-se de recursos investidos em títulos de capitalização e certificados de depósitos bancários emitidos por instituição financeira de primeira linha.

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira - títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R$ 30 (R$ 48.052 em 2018).

5 Relações interfinanceiras

Descrição	2019	2018
Direitos junto ao sistema de liquidação	15.588	6.250
Centralização financeira **(i)**	47.923.079	35.861.999
	47.938.667	**35.868.249**

(i) Refere-se aos depósitos efetuados na centralização financeira da Cresol Central SC/RS, determinado no artigo 24 da Resolução CMN n° 4.434/2015, com remuneração de, aproximadamente, 98% do Certificado de Depósito Bancário (CDI). Parte do saldo de centralização financeira encontra-se custodiado pela Cresol Central SC/RS, para garantir operações de repasses na modalidade de custeio (R$ 5.095.522 em 2019 e R$ 2.854.060 em 2018). Foram registrados no resultado do exercício rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos no montante de R$ 2.089.922 (R$ 1.973.940 em 2018).

6 Operações de crédito

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

	2019			2018		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Adiantamento a depositantes	7.626	-	7.626	12.651	-	12.651
Cheque especial e conta garantida	144.785	-	144.785	82.169	-	82.169
Empréstimos e financiamentos	6.812.026	8.140.786	14.952.812	3.562.113	2.567.456	6.129.569
Títulos descontados	1.481.381	-	1.481.381	1.390.380	-	1.390.380
Financiamentos rurais: Próprios	731.865	444.980	1.176.845	465.685	411.089	876.774
Financiamentos rurais: Repasses	12.474.609	23.152.952	35.627.561	7.703.208	13.271.941	20.975.149
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(2.068.700)	(3.216.240)	(5.284.940)	(301.652)	(350.645)	(652.297)
	19.583.592	**28.522.478**	**48.106.070**	**12.914.554**	**15.899.841**	**28.814.395**

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	**Provisão %**	**2019**			**2018**		
		Vencidas	**Vincendas**	**Total**	**Vencidas**	**Vincendas**	**Total**
A	0,5	164.563	26.910.376	27.074.939	193.900	17.520.417	17.714.317
B	1,0	628.020	13.183.868	13.811.888	591.261	7.741.756	8.333.017
C	3,0	575.592	5.152.896	5.728.488	598.871	1.928.021	2.526.892
D	10,0	165.516	888.032	1.053.548	36.729	60.083	96.812
E	30,0	170.671	177.137	347.808	197.776	356.123	553.899
F	50,0	192.359	698.486	890.845	15.570	10.094	25.664
G	70,0	385.030	611.082	996.112	617	-	617
H	100,0	1.307.573	2.179.809	3.487.382	46.666	168.808	215.474
		3.589.324	**49.801.686**	**53.391.010**	**1.681.390**	**27.785.302**	**29.466.692**

c Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	2019	2018
2020	-	4.382.648
2021	8.258.816	2.986.614
2022	5.693.280	2.103.627
2023	4.361.792	1.666.674
2024 a 2029	13.424.830	5.110.923
	31.738.718	**16.250.486**

d Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo inicial	**(652.297)**	**(1.184.234)**
Créditos baixados para prejuízo	21.761	203.083
Constituição da provisão	(397.319)	(75.041)
Provisão para operações de crédito de incorporada	(4.292.283)	-
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 16)	35.198	403.895
Saldo final	**(5.284.940)**	**(652.297)**

e Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2019, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R$ 2.837.632 (R$ 1.755.666 em 2018), e em sua maioria encontra-se em processo de cobrança judicial. Em 2019, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R$ 365.209 (R$ 85.610 em 2018), registrados em outros ingressos operacionais (nota 16).

7 Investimentos

Descrição	2019	2018
Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol Central – SC/RS	2.619.578	1.124.175
Outras participações	82.820	43.690
	2.702.398	**1.167.865**

8 Imobilizado de uso

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2019 Líquido	2018 Líquido
Móveis e equipamentos de uso	10%	389.578	(157.754)	231.825	83.612
Sistema de comunicação	20%	1.465	(797)	668	51
Sistema de processamento de dados	20%	210.165	(115.914)	94.251	45.569
Sistema de segurança	20%	87.060	(47.832)	39.228	31.224
Sistema de transporte	20%	193.927	(86.786)	107.141	8.590
		882.195	**(409.083)**	**473.113**	**169.046**

9 Depósitos

Descrição	2019	2018
Depósitos à vista	5.019.834	3.101.510
Depósitos a prazo **(i)**	43.121.026	31.182.821
	48.140.860	**34.284.331**

(i) Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados.

No exercício de 2019, foram registrados R$ 1.722.498 (R$ 1.662.925 em 2018) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

10 Relações interfinanceiras

a Composição do saldo

	2019			2018		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Repasses interfinanceiros	12.679.314	23.417.690	36.097.004	7.723.003	13.364.731	21.087.734
Obrigações participantes sistema liquidação	30.141	-	30.141	30.683	-	30.683
	12.709.455	**23.417.690**	**36.127.145**	**7.753.686**	**13.364.731**	**21.118.417**

As operações de repasses interfinanceiros são garantidas por caução, penhor, cédulas rurais e avais dos diretores e estão assim demonstradas:

Modalidade	**Encargos financeiros incidentes ao ano**	**2019**	**2018**
Investimento	De 0,5% a 8,5%	27.691.087	15.649.901
Custeio	De 0,75% a 6%	8.075.172	5.343.138
Capitalização	De 1,42% + TJLP a 2,78 + SELIC	330.745	94.695
		36.097.004	**21.087.734**

b Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	**2019**	**2018**
2020	-	2.640.885
2021	4.518.981	2.289.091
2022	3.778.563	1.867.593
2023	3.268.573	1.554.567
2024 a 2029	11.851.573	5.012.595
	23.417.690	**13.364.731**

11 Outras obrigações

Descrição	2019	2018
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	7.548	5.235
Sociais e estatutárias:		
Fundo de assistência técnica, educacional e social **(i)**	681.780	650.869
Quotas de capital a pagar	669	23.912
Provisão para participação nos lucros	25.994	-
	708.443	674.781
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	50.920	15.778
Diversas:		
Obrigações por bens e direitos	3.136	2.991
Obrigações por convênios oficiais	24.182	-
Provisão para pagamentos a efetuar	59.919	23.107
Provisão para garantias prestadas	206.193	23.391
Credores diversos no País	507.879	25.083
	801.309	74.572
	1.568.220	**770.366**

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 13).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

12 Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2019.

13 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 3.495 e 1.621 cooperados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas partes.

No exercício de 2019, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R$ 283.514 (R$ 153.814 em 2018), com recursos provenientes de seus cooperados e R$ 3.373.099 relativos à incorporação de cooperativa, e também ocorreram devoluções em 2019, no montante de R$ 997.375 (R$ 329.226 em 2018) proveniente de cooperados desligados.

O capital social é de R$ 13.141.301 e de R$ 9.219.721 em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente.

b Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2019 e de 2018, conforme Estatuto Social, tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2019	2018
Sobras do exercício por incorporação	949	-
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	1.283.963	1.504.212
Destinações estatutárias:		
Reserva legal **(i)**	(127.296)	(148.511)
FATES **(ii)**	(63.648)	(74.255)
Transferido para FATES	(11.950)	(19.104)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	**1.082.018**	**1.262.342**

(i) 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;

(ii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 11 (i)).

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 9 de março de 2019, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2018 para aumento de capital (R$ 1.262.342).

As perdas relativas à incorporação de cooperativa foram absorvidas por reserva legal, aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 15 de novembro de 2019 (R$ 709.349).

d Fundo de expansão e reestruturamento

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de junho de 2019, foi aprovado o fundo de expansão e reestruturamento onde será constituído a partir de valores doados pelos associados demitidos, eliminados e excluídos do quadro social da cooperativa, e pela aprovação de valores destinados em Assembleia Geral Ordinária do ano de 2020 e anos seguintes.

Os valores destinados ao fundo de expansão e reestruturamento poderão ser utilizados para a aquisição de materiais e mão de obra a serem empregados nas instalações da Cooperativa e em seus postos de atendimento.

e Perdas não absorvidas

Refere-se as perdas na incorporação da Cresol Ipumirim (nota1). Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de novembro de 2019, foi aprovado o rateio dessas perdas pelos associados da cooperativa incorporada em 4 (quatro) parcelas anuais, sendo a primeira parcela em 2021 e a última parcela a ser absorvida em 2024.

14 Dispêndios administrativos

Descrição	**2019**	**2018**
Serviços do sistema financeiro	(146.191)	(133.482)
Aluguéis	(84.698)	(61.747)
Comunicações	(58.167)	(45.321)
Depreciação	(53.943)	(46.654)
Serviços de vigilância e segurança	(52.799)	(50.770)
Promoções e relações públicas	(48.698)	(28.436)
Propaganda e publicidade	(45.703)	(16.596)
Manutenção e conservação de bens	(42.845)	(38.163)
Serviços técnicos especializados	(41.982)	(53.917)
Serviço de terceiros	(28.340)	(57.312)
Água, energia e gás	(19.747)	(15.570)
Seguros	(16.851)	(12.982)
Transporte	(10.719)	(5.532)
Tributários	(4.235)	(4.525)
Processamento de dados	(1.856)	(22.828)
Outros	(70.419)	(58.740)
	(727.193)	**(652.575)**

15 Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	**2019**	**2018**
Proventos	(463.675)	(295.232)
Encargos sociais	(182.059)	(124.115)
Benefícios a empregados	(158.862)	(104.025)
Honorários e cédulas de presença	(133.090)	(149.122)
Participação dos lucros	(25.994)	-
Treinamentos	(890)	-
	(964.570)	**(672.494)**

16 Outros ingressos operacionais

Descrição	2019	2018
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 6e)	365.209	85.610
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 6d)	35.198	403.895
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	2.541	827
Outros ingressos	18.569	240
	421.517	**490.572**

17 Outros dispêndios operacionais

Descrição	2019	2018
Convênios com entidades	(369.092)	(319.139)
Descontos concedidos	(247.213)	(131.500)
Rateio de custos Confederação	(212.191)	(79.868)
Dispêndios com consultas	(39.513)	(33.441)
Parceiros comerciais	(29.656)	(8.393)
Contribuição ao FGSC	(26.853)	(25.107)
Dispêndios com corretora	(20.551)	(15.585)
Outros dispêndios	(119.684)	(45.688)
	(1.064.753)	**(658.721)**

18 Coobrigações e riscos em garantias prestadas

A Cooperativa é avalista de seus cooperados em transações que montam de R$ 2.229.163 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 1.797.360 em 2018), registradas em contas de compensação.

19 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

20 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, relações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, e relações interfinanceiras.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

21 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	**2019**	**2018**
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	758.627	757.568
Passivo		
Depósitos à vista e a prazo	401.839	1.241.395
Patrimônio líquido		
Capital social	160.254	291.109
Principais operações:		
Ingressos com operações de crédito	25.165	28.241
Dispêndio com captações	11.111	66.176
Benefícios:		
Honorários	93.864	122.535
Cédulas de presença	39.226	26.587

22 Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol Central SC/RS

A Cresol Central SC/RS representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a Atribuições estatutárias

A Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol Central SC/RS ("Cooperativa Central") tem por objetivos a organização em comum de serviços financeiros, econômicos, creditícios, educativos, habitacionais e assistência técnica aos seus cooperados. Pode praticar todas as operações regidas pela legislação do Sistema Cooperativo do Brasil, Lei n º 5.764/1971, Lei nº 4.595/1964 que criou o Sistema Financeiro e Resolução CMN nº 4.434/2015. A Cresol Central SC/RS tem área de atuação nas Unidades Federativas de: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Bahia e Ceará. Autorizada a funcionar pelo Bacen sob nº PT 0401274708; Registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº 424000119561.

b Saldos das transações da Cooperativa com a Cresol Central SC/RS nos exercícios

Descrição	2019	2018
Principais saldos:		
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 5)	47.923.079	35.861.999
Outros créditos	480.015	404.640
Ativo permanente		
Investimentos (nota 7)	2.619.578	1.124.175
Passivo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 10)	12.679.314	7.723.003
Passivo exigível a longo prazo		
Relações interfinanceiras (nota 10)	23.417.690	13.364.731
Principais operações:		
Ingressos com intermediação financeira (nota 5(i))	2.089.922	1.973.940
Ingressos de prestação de serviços	538.467	519.996
Dispêndio com operações de empréstimos, cessões e repasses	(982.893)	(665.036)

As operações são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.

23 Participações em fundos garantidores

A Cooperativa tem participações nos seguintes fundos garantidores:

a Fundo Garantidor de Solidez Cooperativa (FGSC)

O Fundo Garantidor de Solidez Cooperativo – FGSC, é regido por regulamento próprio, disposições legais e regulamentares aplicáveis e por normas deliberadas pelas cooperativas de crédito integrantes do Sistema Cresol Central SC/RS.

Foi criado com a finalidade de dar apoio financeiro vinculado às ações de incentivo e/ou redirecionamento da gestão das cooperativas singulares de crédito integrantes do Sistema Cresol Central SC/RS, quando verificado as seguintes hipóteses:

- Quando o estado econômico-financeiro comprometer a operacionalidade da própria cooperativa singular de crédito filiada ou do Sistema Cresol Central SC/RS;
- Quando sinalizar prejuízo ao quadro social ou à imagem do Sistema Cresol Central SC/RS;
- Quando ocorrer processos de reorganização societária, envolvendo fusão, incorporação, desmembramento das cooperativas singulares de crédito do Sistema Cresol Central SC/RS.

Tem como objetivos, fortalecer o patrimônio das cooperativas filiadas com vistas ao seu regular desenvolvimento, dotando-as de limites operacionais e de recursos financeiros para fazer face às operações de crédito e dispor de reservas para absorver eventuais perdas; recompor limites operacionais das cooperativas beneficiárias dos recursos deste fundo, em conformidade com os estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e os fixados pelo próprio Sistema Cresol Central SC/RS; e, atender outras demandas, desde que caracterizadas situações graves, pontuais, relevantes e /ou urgentes, não previstas neste regulamento, mediante prévia justificada e aprovação do Conselho de Administração da Cresol Central SC/RS.

Compete ao Conselho de Administração do Sistema Cresol Central SC/RS autorizar a liberação dos recursos deste fundo segundo suas regras.

Em 25 de janeiro de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Cresol Central SC/RS a doação efetiva dos valores em aberto naquela data, correspondentes aos aportes de recursos do Fundo Garantidor de Solidez Cooperativo (FGSC) realizados em favor de determinadas cooperativas nos exercícios de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017.

A Cooperativa de Crédito Rural e Economia com Interação Solidária de Ipumirim – CRESOL IPUMIRIM teve acesso aos recursos do FGSC nos exercícios de 2019, antes da incorporação (nota 1), cujo montante total na data da AGE era de R$ 2.148.813. O aporte foi registrado no exercício daquela cooperativa no resultado não operacional.

b Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

Os depósitos à vista e a prazo estão garantidos até o limite de R$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.284/2013.

24 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas singulares associadas a Cooperativa será realizada de forma centralizada pela Cresol Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado e de taxas de juros da carteira bancária, liquidez, operacional, continuidade de negócios, socioambiental e de capital. A política institucional aprovada e ainda não implementada de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração da Cresol Confederação e a estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital que está em fase de implementação será compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sistema Cresol. A estrutura de gerenciamento de riscos está evidenciada em relatório de acesso público no site da Cresol Confederação.

a Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte do crédito de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização ou redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia do tomador, contraparte e interveniente, às vantagens concedidas nas renegociações, aos custos de recuperação e os desembolsos para honrar garantais financeiras prestadas.

O gerenciamento do risco de crédito é um processo dinâmico, reavaliado periodicamente, e envolve diversas áreas do Sistema Cresol, no intuito de apoiar a administração na condução dos negócios mediante a mitigação ou manutenção dos níveis de exposição, compatíveis com as políticas e limites estabelecidos.

Gerenciamento do risco de crédito tem por finalidade:

- Aculturar em todos os níveis do Sistema Cresol, assuntos relacionados a esta política e dos procedimentos relacionados ao gerenciamento do risco de crédito;
- Acompanhar a implementação das metodologias, modelos e ferramentas de gerenciamento do risco de crédito, em conformidade com as regras aplicáveis e que permitam a adequada identificação e tratamento do risco;

- Garantir a aderência com as estratégias de mitigação, concentração e limites de exposição sobre o risco de crédito nas contrapartes envolvidas.

b Risco de mercado e risco de taxa de juros da carteira bancária:

Define-se o risco de mercado como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Confederação de Crédito, Cooperativas Centrais e Singulares na carteira de negociação, que é formada pelos instrumentos financeiros com intenção de negociação ou destinada a Hedge.

O risco de taxa de juros da carteira bancária é o risco atual e prospectivo do impacto de movimentos adversos das taxas de juros de capital e nos resultados do Sistema Cresol, para os instrumentos financeiros classificados na carteira bancária, que é formado por aqueles instrumentos não classificados na carteira negociação.

A estrutura de gerenciamento de risco prevê adicionalmente para o risco de mercado e risco de taxa de juros da carteira bancária sistemas que considerem todas as fontes significativas de risco e utilizem dados confiáveis de mercado e de liquidez, tanto internos quanto externos.

c Risco operacional:

Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas;

A avaliação dos riscos operacionais é efetuada por meio de uma matriz, em que o nível de risco é definido pela composição das variáveis frequência (probabilidade) e severidade (impacto), associadas aos riscos inerentes ao processo avaliado;

O gerenciamento do risco operacional é um processo dinâmico revisado periodicamente, sendo um trabalho coletivo, envolvendo os donos dos riscos e as diversas áreas da Cresol envolvidas no processo;

Entre os eventos de risco operacional, incluem-se: fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e perdas resultantes de eventos externos, ou de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas ou sistemas são registradas, constituindo uma base sistêmica de perdas operacionais.

d Continuidade de negócios

A gestão de continuidade de negócios deve estabelecer processo para análise de impacto nos negócios que inclua: identificação, classificação e documentação dos processos críticos de negócio; avaliação dos potenciais efeitos da interrupção dos processos; estratégias para assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio; planos de continuidade de negócios que estabeleçam procedimentos e prazos estimados para reinício e recuperação

das atividades em caso de interrupção dos processos críticos de negócio, bem como as ações de comunicação necessárias.

e Risco de liquidez

Define-se o risco de liquidez como a possibilidade da ocorrência de desequilíbrios, que possam afetar a capacidade de honrar eficientemente obrigações esperadas e inesperadas, inclusive operações de negócios que podem estar vinculadas a prestação de garantias. E a possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Adicionalmente, é acompanhado o Plano de contingência de liquidez para a Cooperativa, o qual define responsabilidades, estratégias e procedimentos para enfrentar situações de estresse.

f Risco socioambiental

Define-se o risco socioambiental como a possibilidade de perdas decorrentes de danos ambientais causados pela instituição financeira no desenvolvimento de suas atividades, ou por ações de tomadores de crédito, fornecedores e/ou prestadores de serviços com os quais a instituição financeira possui relacionamento.

Os mecanismos e critérios para o gerenciamento do risco socioambiental permite a identificação, a classificação, a avaliação, o monitoramento, a mitigação e o controle do risco socioambiental presente nas atividades e operações do Sistema Cresol, assim como nas operações de crédito com contrapartes relacionadas a atividades econômicas com maior potencial de causar danos socioambientais.

g Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

Nilclésio Gabiatti
Diretor Presidente
CPF 573.539.489-49

Mariane Camila Caus
Diretora responsável pela área contábil
CPF 077.908.589-20

Vivia Letícia Trevisan
Contador CRC: 032026/O-4
CPF 057.193.479-09

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15° Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br

MOORE

www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

CRESOL

Crédito para seus sonhos